

Leia neste número:

- "Trabalhadores não podem pagar pela crise" 01
- I Conferência de Mulheres da CSA 02
- Sobre a C S A 02
- Normas da OIT não ratificados serão analisadas 03
- Pequenas empresas são a chave para emprego 03
- Retirada urgência do PDC sobre NR 12 04
- Ugetistas do Rio participam de ato contra os juros 04
- Combate ao trabalho infantil no mundo 04



Instituto de Altos Estudos da UGT - Sobre a crise brasileira



"Trabalhadores não podem pagar pela crise"

A **Direção Executiva Nacional da União Geral dos Trabalhadores** reuniu-se em São Paulo nos dias 9 e 10 e, diante do agravamento da crise econômica, com a desvalorização da análise da credibilidade brasileira, e da crise política, com a *"total incapacidade do Governo e do Parlamento em formular propostas e adotar ações que permitam acreditar na reversão do quadro atual"*, publicou uma nota com o posicionamento da central diante da situação.

Assinada pelo seu **presidente nacional Ricardo Patah**, a **nota da União Geral dos Trabalhadores** declara que *"aos trabalhadores, que não deram causa à crise, não pode sobrar a conta dos erros das políticas econômicas adotadas, especialmente após 2011". E repudia com vigor "qualquer aumento do IRPF, dos impostos na gasolina, na conta de luz, nos encargos sociais ou qualquer outra forma de arrancar de quem trabalha os recursos que a incompetência e a corrupção fizeram sumir dos cofres públicos"*.

"Há diferentes caminhos para sair da crise econômica e política, mas nem todos os caminhos servem aos trabalhadores e às organizações sindicais. Alguns deles serão um claro retrocesso em direitos e conquistas".

IAE-UGT Sobre a Crise Brasileira

"A UGT conclama os demais segmentos da classe trabalhadora organizada e dos setores produtivos da sociedade a buscarem consenso no diagnóstico e unidade na ação, como forma de preservar direitos e garantir que paguem pela crise os que lhe deram causa, não permitindo que prevaleçam os interesses daqueles que sempre se servem dos momentos difíceis para auferir ganhos fáceis. (...)

A Direção Nacional deliberou cerrar fileiras ao lado daqueles que propugnam pela união nacional que reestabeleça a estabilidade política, fundamental para a sustentação das medidas necessárias ao reordenamento da economia e à retomada da credibilidade interna e externa".

A UGT tem plenas condições de apresentar esses pleitos por sua representatividade conquistada nos 8 anos de lutas da central desde sua fundação em 2007. A central passou de 623 entidades em seu congresso de fundação naquele ano para o total de 1.357 entidades sindicais filiadas até junho de 2015.

A reunião da Executiva Nacional discutiu a continuidade desse processo de crescimento e de representação e traçou uma estratégia de ação para tanto.

Dentre as ações, **Chiquinho Pereira, secretário de Organização Política da UGT**, destacou a realização de um esforço conjunto, ao qual ele denominou de "um mutirão de filiações", que incluem a realização de seminários (ciclo de debates) em oito regiões do país.

O **vice-presidente da UGT e presidente do Instituto de Altos Estudos da UGT, Roberto Santiago**, sugeriu a priorização do ciclo de debates visando a filiação de novas entidades, nos estados que já contam com ações nesse sentido, citando como exemplo o Rio de Janeiro, onde existe um trabalho que prevê um grande número de filiações.

O **secretário geral da UGT, Canindé Pegado**, alertou para o possível agravamento da crise diante da posição das outras agência de risco que querem rebaixar a nota de risco do Brasil. "Se isso acontecer, o País terá grande prejuízos, principalmente na área de trabalho e emprego. Com relação ao anúncio da área econômica do Governo, que pretende aumentar o Imposto de Renda para a população, a UGT é totalmente contrária e, se for preciso, sairá às ruas para protestar".



Fórum das Mulheres

I Conferência de Mulheres da CSA

No Panamá, mulheres sindicalistas da UGT e de centrais de mais 30 países refletem sobre democracia e igualdade de gênero

Mais de 250 mulheres sindicalistas de 30 países reuniram-se na Cidade do Panamá de 09 a 11 de setembro para aprovar "Democracia, Autonomia das Mulheres e Igualdade dos Gêneros", um marco para o movimento sindical das Américas

Durante três dias, na cidade do Panamá, as sindicalistas participaram de grupos de trabalho para criar um plano de ação com compromissos no que se refere a "Democracia, Autonomia para as Mulheres e Igualdade de Gênero", que foi tema do evento. "Conseguimos construir um documento que pauta de forma decisiva as ações para efetivar a autonomia das mulheres", conta **Cássia Bufelli, da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**.

Representam a Central Regina Pessoti Zagretti, secretária da Mulher da UGT Nacional; Cássia Bufelli, secretária-adjunta da Mulher e membro da Comitê de Mulheres da CSA e Josi Camargo, secretária de Formação da UGT Nacional.

E também Maria Edna de Medeiros, diretora do Sintetel SP e 3ª adjunta da Secretaria da Mulher; Marcia Adão, FENASCON/Siemaco; Clotilde Monteiro, Siemaco-SP; Zilda Pereira Freire, FENASCON/Siemaco ABC e Daniela Sousa, Siemaco SP e secretária da Juventude da UGT SP.



Por meio da Secretaria das Mulheres da UGT, **Maria Edna Medeiros** representou o **Sinetel** e a **Contcop** na conferência. "Independente da camisa que usamos, pois somos várias centrais sindicais reunidas, nossa bandeira é uma só: lutar pela democracia e avanços em políticas e participação das mulheres."

Já para **Regina Zagretti**, também da UGT, o evento possibilitou que as participantes tomassem conhecimento das dificuldades encontradas em outros países. "Tivemos ainda mais certeza da necessidade de uma união das Américas para conscientizar toda a sociedade e os governantes", disse Zagretti. "Encontros como esse nos fortalecem e nos encorajam para continuarmos lutando, pois sem luta não há vitória", concluiu. Em um momento histórico foi aprovado a declaração da Primeira Conferência de Mulheres da Confederação Sindical das Américas - CSA

A **Confederação dos Trabalhadores das Américas - CSA** e do **Comitê das Mulheres Trabalhadoras das Américas - CMTA** apresentou o documento "Democracia, Autonomia das Mulheres e Igualdade dos Gêneros" que foi aprovado em plenário .

O documento foi elaborado em conjunto por todas as organizações filiadas à CSA em quatro reuniões e está dividido em duas áreas principais: a promoção da igualdade de gênero nas áreas: trabalhista, sindical e sociopolítico e Construindo Autonomia para Mulheres: Física Econômica, juntamente com as conclusões e linhas de ação.

Sobre a Confederação dos Trabalhadores das Américas - CSA

A **Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA)**, é a expressão sindical regional mais importante do continente americano. Fundada em 27 de março de 2008 na Cidade do Panamá, ela filia 53 organizações nacionais de 23 países, que representam mais de 50 milhões de trabalhadores/as.

A CSA é a organização regional da Confederação Sindical Internacional (CSI) e tem diversas ações sindicais na região, como o pleno respeito aos e a promoção dos direitos humanos; a igualdade e equidade de gênero e a plena participação das mulheres em todos os níveis do movimento sindical e a democracia política, social, laboral e econômica baseada na soberania popular e enriquecida por mecanismos e instâncias de participação e diálogo efetivos.

Normas da OIT não ratificados serão analisadas

Órgão tripartite vai discutir as Convenções, Protocolos e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ainda não ratificadas e recomendar o tratamento mais adequado a ser dados aos instrumentos pendentes.

A **União Geral dos Trabalhadores - UGT** será representada por Lourenço Ferreira do Prado, secretário de Relações Internacionais da central (titular) e por Aleida Ferreira de Siqueira (suplente)

O Ministério do Trabalho e Emprego criou o Grupo de Trabalho Tripartite para analisar os instrumentos da OIT ainda não ratificados pelo Brasil, conforme aprovado na reunião da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI).

O Grupo de Trabalho será composto por representantes do MTE, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), dos sindicatos patronais e dos trabalhadores, com objetivo de analisar as matérias em questão e recomendar o tratamento mais adequado a ser dados aos instrumentos pendentes, além de prestigiar o compromisso assumido pelo Brasil frente à OIT e seus Estados-Membros.

Atualmente existem 41 instrumento da OIT não ratificados pelo Brasil, como por exemplo, a Convenção nº 177 e a Recomendação nº 184 referentes ao Trabalho à domicílio; a Recomendação nº 189 que trata da Criação de empregos nas pequenas e médias empresas e a Convenção nº 189 referente as Trabalhadoras e Trabalhadoras domésticas.

O MTE é responsável em dar conhecimento dos instrumentos adotados às autoridades competentes e encaminhá-los, juntamente com o MRE, ao Congresso Nacional. Em observância ao disposto na Convenção nº 144 da OIT, o MTE elabora pareceres sobre a oportunidade e conveniência de ratificação, considerando o resultado de consultas tripartites, realizadas no âmbito da CTRI, com apoio de grupos de trabalho tripartites que analisam em profundidade os documentos em questão.

Pequenas empresas são a chave para emprego

Micro e pequenas empresas são a chave para melhorar o emprego e transformar a produtividade da América Latina e do Caribe.

Representando quase 99% das unidades produtivas, junto com os trabalhadores independentes elas geram três quartos de todos os postos de trabalho na região. No entanto, estão cercadas por problemas de baixa produtividade e alta informalidade.

As 10 milhões de micro e pequenas empresas (MPEs) que existem na América Latina e no Caribe tem uma importância crítica para o futuro da região, pois geram a maior parte dos empregos. Ao mesmo tempo, elas representam um desafio estratégico para os países, já que são os principais nichos de informalidade e baixa produtividade, destacou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) num relatório divulgado esta semana.

“A predominância de MPEs na estrutura produtiva cria grandes brechas de trabalho decente e de condições de trabalho, enquanto freia o crescimento da produtividade e das economias em geral”, disse o Diretor da OIT para a América Latina e o Caribe, **José Manuel Salazar**, que destacou a necessidade de criar um ambiente favorável para que estas unidades possam melhorar suas condições e engrossar a camada de médias empresas.



Salazar afirmou que é essencial redobrar os esforços para termos ecossistemas empresariais vigorosos, que permitam que as MPEs cresçam e melhorem seus resultados “para o desenvolvimento dos mercados de trabalho e o crescimento do emprego na região, assim como para a transformação produtiva e o aumento da produtividade das nossas economias”.

O relatório da OIT “Pequenas empresas, grandes brechas” oferece um panorama do emprego e dos desafios de trabalho decente de acordo com a estrutura das unidades produtivas. De acordo com os dados deste documento, as MPEs são absolutamente majoritárias em uma região onde o total de empresas chega a cerca de 11 milhões, das quais menos de um milhão são médias e grandes empresas. A esta estrutura produtiva ainda se somam os 76 milhões de trabalhadores independentes. (Noticias OIT)



Instrumento	Descrição	Status
Convenção nº 177	Trabalho à domicílio	Não ratificado
Recomendação nº 184	Trabalho à domicílio	Não ratificado
Recomendação nº 189	Criação de empregos nas pequenas e médias empresas	Não ratificado
Convenção nº 189	Trabalhadoras e Trabalhadoras domésticas	Não ratificado

Convenções ratificadas pelo Brasil



Pequenas empresas, grandes brechas



Retirada urgência do PDC sobre NR 12

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) autor do Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) 43/15, que susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos retirou o caráter de urgência da votação da proposta.



O anúncio foi feito na terça-feira, dia 8, durante o debate realizado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, que contou com a presença do dirigente da **União Geral dos Trabalhadores (UGT) Francisco Pereira, o Chiquinho, Secretário de Organização e Políticas Sindicais da UGT.** Chiquinho vem se destacando na defesa da Norma Regulamentadora 12

A Norma Regulamentadora 12, do Ministério do Trabalho e Emprego, prevê a implementação de mecanismos de segurança que impeçam danos físicos ao trabalhador que opere máquinas, possibilitando a sua paralisação imediata em caso de defeitos.

“Suspender a norma sem instituir outra no lugar sobre o tema reduziria direitos trabalhistas já estabelecidos e exporia os trabalhadores a riscos no exercício da sua profissão, além de ser um retrocesso social, vedado pela Constituição”, diz procurador federal Fernando Maciel, mestre em prevenção de riscos laborais.

Ugetistas do Rio participam de ato contra os juros

Nesta terça-feira, 1º de setembro, a **União Geral dos Trabalhadores do Rio (UGT-RJ)** e as centrais sindicais, Força Sindical e CGTB, em conjunto com entidades dos movimentos sociais, realizaram ato em frente a sede do Banco Central, no Centro do Rio, em protesto contra a alta dos juros.

O ato aconteceu no dia em que diretores e presidentes da autarquia discutiam a taxa básica de juros (a Selic) e em meio a paralisação dos trabalhadores do BC que, segundo um de seus representantes, reivindica o respeito aos trabalhadores que não aceitam o parcelamento do reajuste de 21,3% proposto pelo órgão.

“Redução dos juros já! Não aos cortes na educação, na saúde pública, moradia, transportes e nos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Basta de desviar recursos públicos para os bancos”, gritavam os manifestantes.

Representando o presidente da UGT-RJ, **Nilson Duarte Costa, o diretor Rogério Chagas, presidente do Sindicato dos Servidores da Guarda Municipal (Sisguario)** criticou a recessão e a alta dos juros. “O país está falindo, as empresas quebrando, as taxas aumentando. A política implantada está maquiando uma recessão, dizendo que o povo será feliz em 2016”, disse ele, convocando os sindicatos de base a participar das manifestações contra a atual política de juros.



Boas práticas: combate ao trabalho infantil no mundo

A publicação da **Organização Internacional do Trabalho - OIT**, Boas Práticas: combate ao Trabalho Infantil no mundo apresenta as principais boas práticas de combate ao trabalho infantil aplicadas em dezenas de países de todo o mundo.

A publicação é um produto da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, realizada em outubro de 2013 em Brasília, onde os países participantes tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências nos fóruns de debate. A proposta da publicação é promover a disseminação dessas boas práticas para todos os parceiros e interessados.



Combate ao trabalho infantil no mundo

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos